



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES TRANS* NO ESTADO DE ALAGOAS: DAS AUTOCULPABILIZAÇÕES À AUSÊNCIA DE DENÚNCIAS

Carolina Cavalcante Lins Silva¹

¹(Universidade Federal de Alagoas; carolina.lins88@gmail.com)

Resumo: O presente trabalho é um dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada com o movimento social trans do estado de Alagoas. A pesquisa teve como objetivo principal compreender o ativismo político de travestis e transexuais do estado mencionado, e mais especificamente, entender suas motivações para participação e experiência subjetiva no campo da militância. A metodologia utilizada contou com observação participante, produção de diários de campo e realização de entrevistas. Observou-se que o próprio surgimento do movimento no estado, bem como as motivações e experiências dessas mulheres se unem em diversas dimensões, entre as quais se destaca a da violência, de modo que para além de lutarem por uma vida minimamente digna, também afirmam se mobilizar para acabar com a violência letal que as atinge cotidianamente. Entretanto, a partir da análise foi possível compreender que o discurso de autoculpabilização e de culpabilização da vítima por violências sofridas ainda se mostrou muito presente na discussão dessa problemática entre as participantes; também se sobressaiu a ausência de conhecimento de legislações que as protegessem em casos específicos de violência, bem como a inexistência de instituições públicas de referência especializadas no atendimento a casos de violação de direitos e/ou de violência contra população LGBT, onde seriam acolhidas suas denúncias e realizados os encaminhamentos necessários. Desse modo, entende-se a necessidade de problematizar o quanto programas e ações de combate à violência contra mulher tem sido efetivos quando o recorte é a população trans, e quais as (im)possibilidades de aproximação de um debate feminista.

Palavras-chave: violência, transgeneridades, feminismo.

Introdução

No presente artigo serão discutidos alguns aspectos de uma pesquisa de mestrado em Psicologia realizada com o movimento social trans de Alagoas. Esse movimento social era composto por um grupo quando a pesquisa foi iniciada, em meados de 2014, a Associação de Travestis e Transexuais de Alagoas (ASTTAL). Ainda que tenham sido mapeados vários

grupos com intensa atuação e visibilidade no movimento LGBT do estado, apenas um deles era composto majoritariamente por pessoas trans* (na época eram somente mulheres trans). Trata-se de uma Organização Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos com atividades voltadas prioritariamente para a população trans, em especial a parcela mais vulnerável.

Por ter observado uma centralidade em pautas dedicadas à população gay em

* Termo guarda-chuva utilizado para fazer referência à mulheres transgêneras, travestis, homens transgêneros e pessoas trans não-binárias.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cidadania

reuniões de organização de Paradas LGBT, nos seminários e conferências LGBT e pelo fato das demandas da população trans não se concentrarem apenas nas diversas expressões da afetividade e da sexualidade, a questão da atuação do movimento trans nessa realidade se tornou tema de estudo. Desse modo, a pesquisa teve como objetivo compreender o ativismo político de travestis e transexuais do estado mencionado, e mais especificamente, entender suas motivações para participação e a experiência subjetiva no campo da militância. O exercício da cidadania por meio do contexto político trouxe uma série de compreensões e problemáticas relacionadas à militância no estado e, em especial, aos diversos motivos pelos quais tem lutado.

Através de uma das ferramentas metodológicas utilizadas, as entrevistas semiestruturadas, foi possível ter acesso às suas principais lutas no movimento, assim como suas respectivas motivações e experiências. Formando uma cadeia inseparável entre os mais distintos temas abordados no campo do ativismo, e vivências anteriores e contemporâneas à participação no movimento social foi possível

compreender a violência como um de seus ‘elementos agregadores’.

A violência como motivação para o engajamento diz respeito não só a uma realidade local, mas a um contexto nacional. O legado do período ditatorial brasileiro de abusos físicos e psicológicos contra essas sujeitas (CARVALHO, 2011; FIGARI, 2007), em nome de uma moral e de uma verdade de sexo e gênero, ainda persiste e se reelabora. Tal persistência tem se mostrado nos índices de assassinatos de pessoas trans no país nos últimos anos, segundo relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), elaborado por Benevides e Simpson (2018).

Levando em consideração esse cenário preocupante, o presente texto se dedicará a discussão da compreensão de violência dessas militantes e a um contexto de ausência de instituições públicas de referência especializadas no atendimento a casos de violação de direitos e/ou de violência contra população LGBT, em especial travestis e mulheres trans.

Metodologia

O recorte metodológico da pesquisa contou com diferentes estratégias:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

observação participante, produção de diários de campo e entrevistas semiestruturadas. Entretanto, antes de organizar tais ferramentas, produzi um mapeamento dos grupos LGBT do estado, bem como das redes que estabeleciam entre si, participando de eventos onde essas redes eram ‘costuradas’, de modo a estudar a melhor maneira de me inserir no movimento trans e contribuir para o mesmo.

Ao conhecer minimamente a ASTTAL, foram priorizadas as idas à campo, de modo a me familiarizar com a realidade daquele movimento social, e para estreitar os vínculos com aquelas que foram as interlocutoras da pesquisa, de maneira que fosse possível compreender o ativismo trans através daquelas que o protagonizam e da participação no próprio movimento. Ainda durante o (re)conhecimento do campo, a percepção de que dois anos de observação participante se perderiam com apenas elaboração de relatórios, a utilização dos diários de campo se mostrou essencial. Conforme aponta Weber (2009), o diário de campo oferece um olhar diferenciado sobre a própria imersão da pesquisadora, que proporcione reflexividade sobre sua atuação e o processo de construção de conhecimento, ultrapassando um caráter tecnicista e a ideia do mero acúmulo de informações.

Para além disso, foram conduzidas entrevistas com sete participantes do movimento social, ao longo de aproximadamente três meses. Ao realizar entrevistas e reservar um momento de fala apenas para as militantes (sem que fossem interrompidas pelas companheiras de movimento ou estivessem ocupadas com múltiplas atividades da associação) foi possível observar que os relatos trazidos retratavam uma pequena parte de suas vidas enquanto militantes travestis e transexuais na política; ainda que essas mesmas entrevistas tenham sido lugares privilegiados para conhecer particularidades das condições históricas, socioeconômicas e culturais que permeiam o grupo pesquisado (MINAYO & SANCHES, 1993).

Esse desenho metodológico foi pensado partindo da perspectiva dos saberes localizados, proposta por Donna Haraway (1995), uma vez que o fazer científico deve ser entendido como processo parcial e atravessado por contextos sociais e históricos distintos. A localização de saberes também se direciona para uma tentativa de produção de relações mais igualitárias entre pesquisadora e sujeitas da pesquisa, rejeitando-se a ideia equivocada de neutralidade, pois deve-se levar em consideração as hierarquizações que antecedem a relação entre as duas partes. Sendo assim, a hierarquia



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

pesquisadora-pesquisada sempre se mostra presente no fazer científico, especialmente quando há sujeitas constantemente subalternizadas participando desse processo, pois ainda que o conhecimento se construa em conjunto, essas sujeitas serão aquelas pessoas que menos terão acesso às produções científicas derivadas da pesquisa.

Além da perspectiva dos saberes localizados, a interseccionalidade figurou como parte do desenho metodológico e auxiliou no processo de categorização da análise, pois o entendimento de que “o gênero é uma categoria dinâmica que está inter-relacionada com as demais desigualdades” (PLATERO, 2014, p.80, tradução da autora) não poderia ser colocado em segundo plano. Compreende-se assim que a transgeneridade (definidora desse movimento social) não pode ser encarada enquanto um marcador social isolado a ser analisado, intersecciona-se com realidades distintas e produz privilégios, de modo que foi necessário explora-las(os) através de uma metodologia que visibilizasse essa dimensão.

Dessa maneira, durante o processo de análise, as unidades de significado foram agrupadas e transformadas em categorias mais abrangentes. Conforme indica Campos (2004), a categorização é totalmente dependente do contexto da

entrevista das participantes, fazendo com que os pesquisadores sempre intercalem esse material com a experiência de campo, as teorias que embasam o estudo e os objetivos do mesmo.

Contudo, as iniciativas propostas por Platero (2014) para uma pesquisa interseccional permitiram ir além do agrupamento de unidades de significado articuladas a experiência no campo. A iniciativa de trazer à tona algumas questões ou problemas sociais comumente invisibilizados, por exemplo, contribuiu em grande medida para que se colocasse em primeiro plano temas que iam além dos objetivos, como a transfobia, comumente banalizada e invisibilizada.

Resultados e Discussão

A violência contra pessoas trans é um dos problemas sociais que tem se agravado e ainda possui pouca credibilidade enquanto problemática urgente no país. Isto porque o Brasil persiste liderando um índice mundial de assassinatos de pessoas trans, e tem se mostrado pouco capaz de reduzi-lo nos últimos anos, conforme apontam Bento (2014) e Transgender Europe (2016). Segundo as autoras, no período de 2008 à 2016 845 pessoas trans foram mortas no país e, sendo o Brasil o recordista nesse tipo de flagelo, foi averiguado mais que o dobro de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

assassinatos que no México, segundo lugar no ranking, com 271 casos.

Em 2017, dos 179 novos casos de assassinato de que se tem notícia, 169 foram de travestis e mulheres trans, e 10 de homens trans (BENEVIDES E SIMPSON, 2018), o que nos indica um predomínio do transfeminicídio. A característica dessa violência pode ser compreendida através de uma das leituras de Bento (2014):

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifica a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino.

Trazer dados sobre o nível máximo de violência que atinge essa população e seus possíveis significados tem seus motivos: em primeiro lugar, para que se questione os inúmeros episódios de violência física, verbal, simbólica das quais são vítimas essas mulheres até o momento em que essa violência culmine num golpe letal; e em segundo lugar, para que se tenha a dimensão do desprezo social que essa comunidade recebe, uma vez que não há índices atualizados de violência contra pessoas trans publicados pelo governo

brasileiro. As estatísticas expostas neste artigo são estimativas de organizações não governamentais nacionais e internacionais baseadas em dados hemerográficos e informações passadas a líderes do movimento trans por membros da mesma comunidade onde os crimes ocorrem.

Esse panorama de violência não-letal cotidiana e uma banalização desta e da própria violência letal pelas instituições governamentais faz com que parte das militantes não vejam propósito em fazer constantes denúncias. Conforme relata Andreza e Cristiane (SILVA, 2016) respectivamente:

[...] Porque tem muitos que discute, né? E acaba sendo agredida. Tem muitos que não procura denunciar com medo, nunca fiz isso. Até agora porque não teve precisão, tá entendendo? Porque se um dia eu tiver precisão, eu procuro meus direitos, eu luto pelos meus direitos.

[...] agora em questão de homofobia, picuinhas, piadas, charadas eu ignoro, ignoro porque é, a gente nos dias de hoje, a gente tem que saber é, certas coisas aprender a engolir que senão a gente vai brigar com o mundo inteiro.

Para além de supor uma flagrante sabedoria adquirida em diversas vivências violentas ao longo de suas vidas, quando em tentativas de reagir e/ou denunciar a corda tenha arrebentado para o lado mais fraco, também é possível entender um padrão no estado de Alagoas que se repete nacional e internacionalmente: sistemas ineficazes de registro e denúncia de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas de Gênero

violência motivada por preconceito contra a população LGBT, e em especial contra a população trans; e violações dos direitos humanos na tentativa de denúncia (ANDRADE, 2018).

Segundo resultados encontrados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)(2015) essa parcela da população evita denunciar tais episódios por temer violações de confidencialidade, serem extorquidas ou sofrer represálias diversas, enfatizando os preconceitos institucionais com os quais precisam lidar diariamente.

Os dados reunidos pelo CIDH refletem uma realidade já conhecida pelas mulheres trans no Brasil: o temor referente às instituições policiais, em especial, pelo fato de historicamente terem sofrido violência gratuita nesses espaços. Desse modo, a ausência de centros de referência LGBT em Alagoas, e em especial em Maceió (cidade onde o movimento social em questão atuava, por ser a capital), faz com que essas militantes precisem recorrer às delegacias comuns, onde estarão sujeitas às violações citadas anteriormente, ou simplesmente não procurem esses lugares.

Ao longo da participação no movimento social trans percebi que essa tendência de não procurar denunciar é a regra, e não a exceção, algo que se confirmou nas entrevistas das militantes. As anotações em diário de campo revelam

que estar nesses ambientes para formalizar uma denúncia traz a possibilidade de serem chamadas pelo nome de registro, ou ter sua identidade de gênero desrespeitada mesmo com nome e gênero retificados no documento apresentado; serem culpabilizadas pelo crime que sofreram, ou serem questionadas sobre sua parcela de culpa; e ainda, o fato dessas denúncias raramente evoluírem para um processo criminal (BENTO, 2014) contribui para a prevalência da realidade descrita.

O movimento trans do estado tem atuado junto ao movimento LGBT na construção e fortalecimento dos Conselhos dos Direitos e da Cidadania LGBT municipal e estadual, que tem incluído pautas importantes para a qualidade de vida da população trans do estado em diálogo com o governo estadual e prefeitura municipal; contudo, o projeto de um Centro de Referência para a população LGBT, apesar de ter sido apresentado, não parece ser prioridade de ambas as gestões, tornando a vulnerabilidade dessa comunidade um assunto de menor relevância. Tanto as violações sofridas no percurso denunciativo (ou na investida em dar início a ele) e na tentativa infrutífera de criar um centro especializado revelam existências precárias, que necessitam recorrer a proteção do mesmo estado que viola seus direitos e as invisibiliza, como argumenta Butler (2015).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Cidade

Embora algumas regiões do país proporcionem atendimento às mulheres trans nas Delegacias da Mulher, e exista um projeto de lei do Senado (PLS 191/2017) propondo que essas mulheres passem a ser protegidas pela Lei Maria da Penha, tanto o atendimento, quanto a inclusão da vítima nessa lei (quando for o caso) se mostraram discricionários no estado de Alagoas, no período de realização da pesquisa. Ainda que a discricionariedade remeta a uma ideia de possibilidades, ouvi relatos apenas de negativos. Isto quer dizer que na prática, uma mulher trans com documentos não retificados ir a uma Delegacia da Mulher é sinônimo de um encaminhamento para a delegacia “*lgbt friendly*” mais próxima.

Ainda que as participantes do movimento social estejam incluídas num contexto que teoricamente favorece o empoderamento e o acesso à informação sobre os direitos de todo cidadão, algumas não pensavam sequer na possibilidade de ir a uma Delegacia da Mulher. Registrei pelo menos dois relatos de violência patrimonial empreendidas pelos parceiros de mulheres trans durante a pesquisa, por exemplo, mas o fato de não serem reconhecidas enquanto mulheres nesses espaços de garantia de direitos tem seu peso para que permaneçam caladas.

Esse tipo de violência, inclusive, se mostrou comum e naturalizado na

comunidade na qual me inseri. Na medida em que pude entender, aqueles corpos trans e negros tinham noção de que eram afetivamente indesejáveis, que seus corpos eram vistos apenas como possibilidade de ato sexual, conforme aponta Araújo (2015), o que as fazia construir um apego à ideia de qualquer afetividade não-sexual com esses parceiros; sem contar que, para muitas ter um marido cisgênero com performance masculina em casa e sustentá-lo financeiramente ainda demonstrava status na comunidade, do mesmo modo que Kulick (2008) observou em pesquisa realizada nos anos 90.

Essa espécie de captura de mulheres trans pela cis-heteronorma não atua sozinha, a imagem da “travesti bagunceira”, animalizada e grotesca que briga e discute, tão rechaçada pela população trans e pelo próprio movimento LGBT de maneira geral (FIGARI, 2007) repercute na maneira como compreendem os episódios de violência. Conforme relata Natasha:

[...] a gente ensina as menina comportamento, como tem que se vestir, se comportar durante a sociedade, mostrar não a violência, não, não assim se expor tanto como as pessoas pensam "ah, que travesti é, é bagunceira", não, não pode ser assim, é com diálogo, você tem que resolver as coisa com diálogo e mostrar pras pessoas o que você é [...]

Compreende-se uma crença de que a maneira como se interage socialmente é enxergada como determinante da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

possibilidade de sofrer violência. Sua fala revela tensões entre as atitudes tomadas em benefício de suas próprias proteções e manutenção de uma sobrevivência, e a culpabilização daquelas que são vítimas de transfobia. A ideia de que mostrar o peito e a bunda retirariam a legitimidade de alguém ou incitariam/atrainham violência para si remete ao silenciamento de vozes e corpos femininos, encerrando-os na esfera do privado e da passividade, ao passo que também enfatiza um modelo de sociedade machista que supervaloriza o direito de fala e os corpos masculinos, pressupondo uma legitimidade hierarquicamente construída.

Dessa maneira, a ‘missão’ da violência é contribuir para a manutenção da normatividade de sexo-gênero, ao eliminar determinadas sujeitas, assim como alimentar o sentimento de culpa da vítima de agressão, desviando o foco do machismo e da misoginia para performances de gênero, roupas, comportamentos, entre outros.

De modo geral, o questionamento dessas estruturas engessadas desafia os feminismos a repensarem temas entendidos dentro do campo da cisgeneridade que também fazem parte do cotidiano de mulheres trans, tais como a violência diária da qual são vítimas e suas respectivas medidas protetivas (ou a falta delas), pois enquanto mulheres cis são vitimadas por

violência doméstica, mulheres trans são agredidas e executadas no espaço público; além do fato de que em ambos os casos há uma racialização da violência.

Considerações finais

Compreender as singularidades da população trans no estado de Alagoas, bem como da atuação política da mesma traz à tona vivências de dor, de alegria e de resistência, embora o contexto deste trabalho desvie o foco apenas para as primeiras, em detrimento das segundas e terceiras. Falar sobre mortes, agressões e desassistência governamental não se trata de uma tarefa fácil, contudo se faz necessária uma vez que, de acordo com Butler (2006), privar sujeitos de seus direitos é torna-lo menos humano, irreconhecível perante o outro.

Desse modo, a condição de precariedade dessas mulheres lhes é imposta desde muito cedo, e por isso os modos de resistir precisam ser reinventados a cada dia, como as militantes o fazem, cada uma a sua maneira. Na ausência de um acompanhamento psicossocial em função de uma agressão, se organizam para dar suporte emocional entre si; aconselham umas às outras a não se expor a situações de risco, inclusive as institucionalizadas; e após cada morte invisibilizada de uma companheira não só a contabilizam, como a enlutam.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

Por fim, compreende-se que ignorar as necessidades dessa população, ou menosprezar suas mortes é um projeto político que continua em execução e não deve ser subestimado pelos feminismos, transativismos e, em especial, pela ciência.

Referências

ARAÚJO, Maria Clara. Por que os homens não estão amando as mulheres trans? [online]. **blogueiras negras**, 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/10/17/por-que-os-homens-nao-estao-amando-as-mulheres-trans-2/>

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasil: ANTRA, 2018.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. [online], **CLAM**, 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF), n. 57, v. 5, set/out, 2004.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e**

transexuais. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

CIDH. **Violencia contra Personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex en América**. Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2015.

FIGARI, Carlos. **@s “outr@s” cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5, p.07-41, 1995.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, jul/set, 1993.

PLATERO, Raquel (Lucas). ¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y *queer*?. In: **Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Edição: Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo. País Basco: Lankopi, S.A, 2014.

TRANSGENDER Europe. **Trans Respect versus Transphobia Worldwide**, 2016. Disponível em:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulheres, Diversidade e Gênero

<<http://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>>.

SILVA, Carolina Cavalcante Lins. **Da luta pela vida à busca pela cidadania: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL.** Dissertação (mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Alagoas, 2016.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v.15, n.32, Dez., 2009.